

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE NISA



*Demonstrações
Financeiras
Individuais
Exercício de 2017*

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017	3
• Demonstração dos Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2017	4
• Demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2017	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 Dezembro de 2017	6
• Anexo	
1. Nota introdutória	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	10
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Ativos fixos tangíveis	16
5. Bens do património histórico, artístico e cultural	17
6. Propriedades de investimento	17
7. Ativos biológicos	18
8. Investimentos financeiros e outros	18
9. Inventários	19
10. Utentes	19
11. Estado e outros entes públicos	19
12. Outras contas a receber	20
13. Diferimentos	20
14. Caixa e depósitos bancários	21
15. Fundos patrimoniais	21
16. Fornecedores	22
17. Financiamentos obtidos	22
18. Outras contas a pagar	22
19. Vendas e prestações de serviços	23
20. Subsídios, doações e legados à exploração	23
21. Custo das vendas	24
22. Fornecimentos e serviços externos	24
23. Gastos com o pessoal	25
24. Aumento e redução de justo valor em ativos biológicos	25
25. Outros rendimentos e ganhos	25
26. Outros gastos e perdas	26
27. Gastos de depreciação e de amortização	26
28. Resultados financeiros	27
29. Eventos subsequentes	27
30. Informações exigidas por diplomas legais	27

Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Santa Casa Misericórdia Nisa
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017

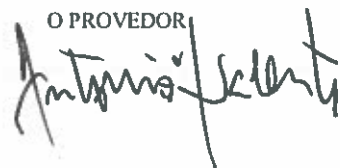
	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	1 297 676,01 €	1 361 883,45 €
Bens de Património histórico e cultural	5	- €	- €
Propriedades de investimento	6	218 470,64 €	218 470,64 €
Investimentos Financeiros	8	3 696,87 €	2 768,22 €
Ativos biológicos	7	207 138,67 €	174 030,00 €
Total dos Ativos Não Correntes		1 726 982,19 €	1 757 152,31 €
Inventários	9		
Activos biológicos	7	21 791,33 €	27 325,00 €
Utentes	10	28 270,79 €	25 108,48 €
Estado e outros entes públicos	11	30 288,01 €	32 977,25 €
Outras contas a receber	12	14 978,38 €	11 331,82 €
Diferimentos	13	6 437,67 €	4 869,89 €
Outros ativos financeiros	8	458,24 €	412,98 €
Caixa e depósitos bancários	14	237 843,15 €	238 521,55 €
Total dos Ativos Correntes		340 067,57 €	340 546,97 €
		2 067 049,76 €	2 097 699,28 €
Fundos Patrimoniais			
Fundos		644 238,07 €	644 238,07 €
Reservas		19 505,01 €	19 505,01 €
Resultados transitados		1 111 301,73 €	1 100 413,48 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		158 717,95 €	169 787,35 €
Resultado líquido do período		- 82 143,25 €	10 888,25 €
Total do Fundo de Capital	15	1 851 619,51 €	1 944 832,16 €
Passivo			
Outras contas a pagar	18	- €	- €
Total dos Passivos Não Correntes		- €	- €
Fornecedores	16	121 883,06 €	93 777,94 €
Estado e outros entes públicos	11	28 986,08 €	30 284,60 €
Financiamentos obtidos	17	50 095,28 €	11 370,27 €
Outras contas a pagar	18	14 340,07 €	9 548,87 €
Diferimentos	13	125,76 €	7 885,44 €
Total dos Passivos Correntes		215 430,25 €	152 867,12 €
Total do Passivo		215 430,25 €	152 867,12 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2 067 049,76 €	2 097 699,28 €

Nisa, 29 Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVIDOR



Santa Casa Misericórdia Nisa

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

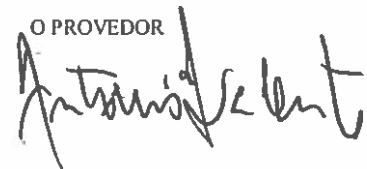
	Notas	31.Dez17	31.Dez16
Vendas e serviços prestados	19	905 640,06 €	896 247,50 €
Subsídios, doações e legados à exploração	20	902 987,77 €	856 121,92 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	- 21 791,33 €	- 15 750,98 €
Fornecimentos e serviços externos	22	- 565 140,53 €	- 553 952,19 €
Gastos com o pessoal	23	- 1 391 014,34 €	- 1 384 289,28 €
Aumentos/reduções de justo valor	24	27 620,26 €	31 077,16 €
Outros rendimentos e ganhos	25	143 847,51 €	271 996,08 €
Outros gastos e perdas	26	- 11 394,97 €	- 20 756,99 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 9 245,57 €	80 693,22 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	- 69 511,64 €	- 71 125,82 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 78 757,21 €	9 567,40 €
Juros e rendimentos similares obtidos	28	665,58 €	1 707,14 €
Juros e gastos similares suportados	28	- 4 051,62 €	- 386,29 €
Resultado antes de impostos		- 82 143,25 €	10 888,25 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		- 82 143,25 €	10 888,25 €

Nisa, 29 Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVIDOR



Santa Casa da Misericórdia de Nisa
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

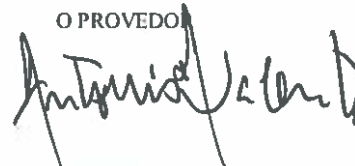
	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.17</u>	<u>31.Dez.16</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de Utentes		972 697,59 €	703 424,53 €
Pagamento a Fornecedores		- 559 247,46 €	- 574 773,76 €
Pagamentos ao pessoal		- 1 391 014,34 €	- 1 384 289,28 €
Outros recebimentos/pagamentos		55 003,65 €	268 864,80 €
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	14	- 922 560,56 €	- 986 773,71 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		- 988,95 €	- 19 620,78 €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- 928,65 €	- 780,51 €
Outros activos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros activos		- €	1 219,51 €
Juros e rendimentos similares		665,58 €	1 707,14 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	14	- 1 252,02 €	- 17 474,64 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		67 000,00 €	12 286,90 €
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Cobertura de prejuizos		- €	- €
Doações		- €	7 949,42 €
Subsidios do estado		888 460,79 €	856 121,92 €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 28 274,99 €	- 916,63 €
Juros e gastos similares		- 4 051,62 €	- 386,29 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	14	923 134,18 €	875 055,32 €
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 678,40 €	- 129 193,03 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	238 521,55 €	367 714,58 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	237 843,15 €	238 521,55 €

Nisa, 29 Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVEDOR



Santa Casa Misericórdia Nisa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2017

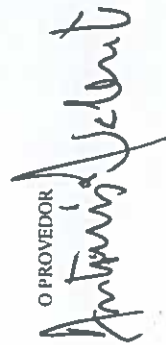
	Fundo	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do fundo de capital
Posição no Início do Período 2017	644 238,07 €	19 505,01 €	1 100 413,48 €	169 787,35 €	10 888,25 €	1 944 832,16 €
1	Notas					
Aplicação de resultados	- €	- €	10 888,25 €	- €	- 10 888,25 €	- €
Alterações no período	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedente de revalorização de activos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ajustamentos por impostos diferidos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	- €	- €	- €	- 11 069,40 €	- €	- 11 069,40 €
2			10 888,25 €	- 11 069,40 €	- 10 888,25 €	- 11 069,40 €
Resultado Líquido do Período					- 82 143,25 €	
3						
Resultado Integral					- 93 031,50 €	- 93 212,65 €
4-2+3						
Operações com detentores de capital próprio	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de Fundos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
5						
Posição no Fim do Período 2017	644 238,07 €	19 505,01 €	1 111 301,73 €	158 717,95 €	- 82 143,25 €	1 851 619,51 €
6=1+2+3+5						

Nisa, 29 Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PROVIDOR



Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

Santa Casa Misericórdia Nisa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

	Notas	Fundo	Reservas legais	Resultados transferidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do fundo de capital
<i>Posição no início do Período 2016</i>		644 238,07 €	19 505,01 €	811 682,42 €	185 172,00 €	288 731,06 €	1 949 328,56 €
Aplicação de resultados		- €	- €	288 731,06 €	- €	-288 731,06 €	- €
Alterações no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedente de reavaliação de activos		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ajustamentos por impostos diferidos		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		- €	- €	- €	- 15 384,65 €	- €	- 15 384,65 €
Resultado Líquido do Período		- €	- €	288 731,06 €	- 15 384,65 €	-288 731,06 €	- 15 384,65 €
Resultado Integral						10 888,25 €	10 888,25 €
Operações com detentores de capital próprio		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de Fundos		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição no fim do Período 2016		644 238,07 €	19 505,01 €	1 100 413,48 €	169 787,35 €	10 888,25 €	1 944 832,16 €
<i>Nisa, 29 Março de 2018</i>							

O PROVIDOR



O CONTABILISTA CERTIFICADO



Santa Casa da Misericórdia de Nisa

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

1. Nota introdutória

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Nisa, também mais abreviadamente denominada, apenas, SCMN, foi fundada em 17 de Novembro de 1520, com sede na Praça do Município, n.º 17 em Nisa.

A SCMN é uma pessoa coletiva de utilidade pública, qualificada como instituição particular de solidariedade social, constituída sob a forma de Associação/Irmandade de Misericórdia, sob o n.º. 1-81, a folhas 2 e verso, em conformidade com o disposto no n.º. 2 do artigo 7 do regulamento de registo das instituições de solidariedade social, aprovado pela portaria n.º. 139-207 de 29 de Janeiro.

Atualmente a Santa Casa da Misericórdia de Nisa, desenvolve primordialmente a sua atividade na componente social, disponibilizando à sua população as seguintes respostas sociais por área de intervenção e número de utentes previstos em acordo de cooperação tipificados:

- Terceira Idade:

Lar de Idosos - (Lar edifício sede, extensão lar e quartos sem acordo);

Centro de dia;

Serviço de apoio domiciliário;

Serviço de apoio domiciliário integrado.

- Infância e Juventude:

Creche;

Pré-escolar.

- Família e Comunidade:

Cantina social.

Além da área social esta Misericórdia desenvolve Outras Atividades, a seguir mencionadas:

Exploração agrícola;

Criação de gado bovino.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC que integra as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMN, com base na informação disponível e as expetativas futuras. A SCMN continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

g) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

h) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no presente documento.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Nisa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao método do custo. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/ abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

Os gastos diretamente relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção dos ativos da SCMN são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos dispêndios, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes ao da aquisição, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a SCMN. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.3. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico, deduzido das depreciações acumuladas. Os bens que foram atribuídos à SCMN a título gratuito encontram-se mensurados ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

O justo valor ou o valor inicial da matriz da caderneta predial é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Outras variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos, se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.4. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento englobam imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial, deduzidos de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, imposto municipal sobre imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros gastos e perdas”. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.5. Investimentos financeiros e outros

A Santa Casa da Misericórdia utiliza o método de custo para a mensuração dos investimentos e instrumentos financeiros que detêm, tendo em conta que, não exercendo influência significativa sobre estes investimentos, não é obrigatório adotar o método da equivalência patrimonial (MEP).

3.6. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC):

- “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- Afetação aos fins referidos na alínea anterior de pelo menos 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Pelo exposto nos parágrafos supra, infere-se que a Santa Casa da Misericórdia de Nisa é isenta do pagamento do imposto sobre o rendimento do período, em sede de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Ativos biológicos

Salvo quando o justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, no termos do parágrafo 13 e 31 da NCRF 17, os ativos biológicos devem ser mensurados no reconhecimento inicial e em cada data de balanço, pelo seu justo valor, deduzido dos custos estimados no ponto de venda. São considerados custos estimados no ponto de venda os incorridos com comissões a corretores e negociadores, taxas de agências reguladoras e de bolsas de mercadorias assim como taxas de transferência de direitos.

São reconhecidos como ativos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na atividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os ativos biológicos são tratados em dois grandes grupos: ativos biológicos de produção e ativos biológicos consumíveis.

- São reconhecidos como ativos biológicos de produção:
 - i. Património silvícola:
 - a. Florestais
 - b. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;
 - ii. Animais:
 - a. Bovinos
 - b. Suínos

3.8. Utentes e outros valores a receber

As contas de “Utentes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas quando há informação objetiva da incobrábilidade da dívida.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos com natureza de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuação de valor.

3.10. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Misericórdia ou Terceiros;

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.11. Provisões

Sempre que a SCMN reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

3.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.13. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a SCMN tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.14. Rédito e regime do acréscimo

O Rédito da Santa Casa Misericórdia de Nisa é determinado pela venda de produtos e prestação de serviços no âmbito das suas atividades desenvolvidas. As naturezas mais significativas são as seguintes:

- Venda de produtos (pecuários e agrícolas);
- Serviços sociais
 - Infância e Juventude (creches e pré- escola);
 - Terceira idade (lar de idosos, centro de dia, apoio domiciliário).

A SCMN reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.15. Subsídios e apoios do governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a SCMN cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos fundo patrimoniais" e são transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos e registados.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017				Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	306 605,51 €	45,25 €	- €	- €	306 650,76 €
Edifícios e outras construções	2 658 643,48 €	4 270,00 €	- €	- €	2 662 913,48 €
Equipamento básico	558 579,20 €	988,95 €	- €	- €	559 568,15 €
Equipamento de transporte	211 403,70 €	- €	- €	- €	211 403,70 €
Equipamento administrativo	57 085,32 €	- €	- €	- €	57 085,32 €
Outros activos fixos tangíveis	9 471,87 €	- €	- €	- €	9 471,87 €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
	3 801 789,08 €	5 304,20 €	- €	- €	3 807 093,28 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 666 390,58 €	45 082,54 €	- €	- €	1 711 473,12 €
Equipamento básico	516 108,87 €	10 844,34 €	- €	- €	526 953,21 €
Equipamento de transporte	192 205,68 €	12 448,02 €	- €	- €	204 653,70 €
Equipamento administrativo	55 728,63 €	1 136,74 €	- €	- €	56 865,37 €
Outros activos fixos tangíveis	9 471,87 €	- €	- €	- €	9 471,87 €
	2 439 905,63 €	69 511,64 €	- €	- €	2 509 417,27 €
				Valor Líquido	1 297 676,01 €

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	31 de Dezembro de 2016				Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	306 605,51 €	- €	- €	- €	306 605,51 €
Edifícios e outras construções	2 636 151,27 €	22 492,21 €	- €	- €	2 658 643,48 €
Equipamento básico	552 458,42 €	6 120,78 €	- €	- €	558 579,20 €
Equipamento de transporte	219 902,70 €	13 500,00 €	- 21 999,00 €	- €	211 403,70 €
Equipamento administrativo	57 085,32 €	- €	- €	- €	57 085,32 €
Outros activos fixos tangíveis	9 471,87 €	- €	- €	- €	9 471,87 €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
	3 781 675,09 €	42 112,99 €	- 21 999,00 €	- €	3 801 789,08 €
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	1 621 934,56 €	44 456,02 €	- €	- €	1 666 390,58 €
Equipamento básico	503 455,02 €	12 653,85 €	- €	- €	516 108,87 €
Equipamento de transporte	201 756,66 €	12 448,02 €	- 21 999,00 €	- €	192 205,68 €
Equipamento administrativo	54 160,70 €	1 567,93 €	- €	- €	55 728,63 €
Outros activos fixos tangíveis	9 471,87 €	- €	- €	- €	9 471,87 €
Bens de património histórico	- €	- €	- €	- €	- €
	2 390 778,81 €	71 125,82 €	- 21 999,00 €	- €	2 439 905,63 €
				Valor Líquido	1 361 883,45 €

5. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017 a rubrica do património histórico, artístico e cultural é composta pelos seguintes ativos:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo em 31-Dez-17
Bens imóveis			
Igreja da Misericórdia	131 889,58 €	131 889,58 €	- €
Praça de Touros	163 343,30 €	163 343,30 €	- €
Bens móveis			
Obras de arte	41 824,20 €	41 824,20 €	- €
Outros	11 140,16 €	11 140,16 €	- €
	348 197,24 €	348 197,24 €	- €

As depreciações foram calculadas em períodos anteriores à entrada em vigor do NCRF-ESNL.

6. Propriedades de investimento

No período de 2017 a rubrica propriedades de investimento é composta pelos seguintes ativos:

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo em 31-Dez-17</u>
Rio de Bucho - (1,1250 ha)	249,40 €	- €	249,40 €
Tapada dos Touros - (12.2000 ha)	1 496,39 €	- €	1 496,39 €
Tapada da Barbosa - (18,3000 ha)	3 491,59 €	- €	3 491,59 €
Tapada da Morgada - (10,4500 ha)	4 987,98 €	- €	4 987,98 €
Tapada da Piçarra - (24,1000 ha)	9 975,96 €	- €	9 975,96 €
Herdade das Estibas - (249,8680 ha)	189 269,32 €	- €	189 269,32 €
Figueiró - (12,9000 ha) e Tibas - (0,4500 ha)	9 000,00 €	- €	9 000,00 €
Hospital da Misericórdia	462 972,42 €	462 972,42 €	- €
	681 443,06 €	462 972,42 €	218 470,64 €

7. Ativos biológicos

São reconhecidos como ativos biológicos os animais bovinos.

Em 2017, os valores usados para valorização do efetivo bovino da SCMN, com referência a 31.12.2017, foram encontrados com base nos indicadores de mercado relativo ao ativo de referência. Nomeadamente no mercado agrícola (SIMA) que disponibiliza informação relativa ao justo valor do efetivo bovino. Neste pressuposto, foi feita a valorização do referido ativo com base nas referências recolhidas. Assim, os ativos biológicos repartem-se como se segue infra:

	<u>31 de Dezembro de 2017</u>		<u>31 de Dezembro de 2016</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Ativo biológico - Consumíveis	- €	21 791,33 €	- €	27 325,00 €
Ativo biológico - Produção	207 138,67 €	- €	174 030,00 €	- €
	207 138,67 €	21 791,33 €	174 030,00 €	27 325,00 €

8. Investimentos financeiros e outros

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Investimentos financeiros e outros" apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fundos de reestruturação	730,81 €	- €	730,81 €	- €
Fundos de compensação	2 216,66 €	- €	1 288,01 €	- €
Cooperativa de Nisa	249,40 €	- €	249,40 €	- €
Caixa de Crédito Agrícola	500,00 €	- €	500,00 €	- €
Obrigações do tesouro	- €	440,59 €	- €	395,33 €
Titulos da dívida pública	- €	17,65 €	- €	17,65 €
	3 696,87 €	458,24 €	2 768,22 €	412,98 €

O saldo dos investimentos financeiros corresponde a uma participação inferior a 20% no capital social da Caixa de Crédito Agrícola e na participação do capital da Cooperativa de Nisa.

As obrigações do tesouro e títulos da dívida pública integram a rubrica "Outros ativos financeiros".

9. Inventários

A rubrica de Inventários a 31.12.2017 apresenta o saldo nulo, uma vez que a SCMN, continua a optar pela subcontratação de uma entidade externa para assegurar as refeições dos diversos serviços, deixando assim de existir inventário em stock para elaboração dessas mesmas refeições.

10. Utentes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Clientes" decompunha-se da seguinte forma:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Utentes				
Utentes em conta corrente	- €	28 270,79 €	- €	25 108,48 €
Cientes de cobrança duvidosa	- €	- €	- €	- €
	- €	28 270,79 €	- €	25 108,48 €
Perdas por imp. acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	28 270,79 €	- €	25 108,48 €

Os valores na conta de utentes traduz o valor das mensalidades em atraso, mas que tudo indica que serão pagas no período seguinte.

Durante os exercicios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes".

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	30 288,01 €	32 977,25 €
	<u>30 288,01 €</u>	<u>32 977,25 €</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5 098,39 €	5 366,83 €
Segurança Social	23 789,63 €	24 838,00 €
Outros impostos e taxas	98,06 €	79,77 €
	<u>28 986,08 €</u>	<u>30 284,60 €</u>

12. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Devedores e credores por acréscimos	- €	13 234,77 €	- €	1 137,51 €
Outros devedores e credores	- €	1 743,61 €	- €	10 194,31 €
Pessoal	- €	- €	- €	- €
	- €	<u>14 978,38 €</u>	- €	<u>11 331,82 €</u>
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	<u>14 978,38 €</u>	- €	<u>11 331,82 €</u>

O valor apresentado em 31 Dezembro de 2017, na rubrica de outros devedores e credores engloba o montante que ainda se encontra por receber do I.E.F.P., referente a estágios profissionais e medidas de apoio à contratação e a vales dos utentes à guarda da SCMN.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, não foram registadas perdas por imparidade associadas a outras contas a receber.

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	6 437,67 €	4 869,89 €
Outros gastos a reconhecer	- €	- €
	<u>6 437,67 €</u>	<u>4 869,89 €</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	125,76 €	7 885,44 €
	<u>125,76 €</u>	<u>7 885,44 €</u>

A rubrica de rendimentos a reconhecer corresponde a um estágio profissional a reconhecer em 2018.

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	4 705,88 €	3 262,28 €
Depósitos à ordem	28 685,62 €	31 427,34 €
Outros depósitos bancários	204 451,65 €	203 831,93 €
	<u>237 843,15 €</u>	<u>238 521,55 €</u>

15. Fundos patrimoniais

Durante o exercício de 2017, nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	644 238,07 €	- €	- €	644 238,07 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	19 505,01 €	- €	- €	19 505,01 €
Resultados transitados	1 100 413,48 €	10 888,25 €	- €	1 111 301,73 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	169 787,35 €	4 315,25 €	15 384,65 €	158 717,95 €
Total	<u>1 933 943,91 €</u>	<u>15 203,50 €</u>	<u>15 384,65 €</u>	<u>1 933 762,76 €</u>

As variações ocorridas na conta de resultados transitados correspondem a aplicação do resultado líquido positivo apurado em 2016 no montante de 10.888,25 €.

Os movimentos ocorridos na rubrica de outras variações nos fundos patrimoniais reflete a regularização dos subsídios ao investimento em resultado da depreciação verificada nos ativos subsidiados no valor de 15.384,65 € por contrapartida dos resultados do período, na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" no montante de

15.384,65 €. Os aumentos correspondem a doações de terrenos no valor de 45,25 € e de edifícios no valor de 4.270,00 €.

16. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Fornecedores conta corrente	121 883,06 €	93 777,74 €
	<u>121 883,06 €</u>	<u>93 777,74 €</u>

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica de "Financiamentos Obtidos" tinha a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	- €	50 095,28 €	- €	11 370,27 €
Outros empréstimos	- €	- €	- €	- €
	<u>- €</u>	<u>50 095,28 €</u>	<u>- €</u>	<u>11 370,27 €</u>

O montante registado no período findo em 31 de Dezembro de 2017, corresponde a um crédito efetuado junto da Caixa geral de depósitos, para a aquisição da carrinha Opel com a matrícula 16-QC-63. A 31 de Dezembro de 2017, o valor a pagar era de 9.095,28 €. A partir de Maio de 2017 a SCMN recorreu a um financiamento bancário da CGD, para fazer face a despesas operacionais.

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €	705,47 €	- €	381,61 €
Credores por acréscimos de gastos	- €	7 211,19 €	- €	6 057,24 €
Outros credores	- €	6 423,41 €	- €	3 110,02 €
	- €	14 340,07 €	- €	9 548,87 €

19. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas	44 300,30 €	42 427,45 €
Produtos Agrícolas	14 435,00 €	425,00 €
Produtos Pecuários	29 865,30 €	41 747,65 €
Outros Produtos	- €	254,80 €
Subtotal	44 300,30 €	42 427,45 €
Serviços Prestados		
Creches	35 201,51 €	31 619,50 €
Jardins de Infância (Pré-Escola)	- €	- €
Lar	496 043,76 €	478 991,89 €
Extensão Lar	105 098,49 €	99 617,66 €
Quartos sem Acordo	114 903,00 €	124 453,00 €
Centros de Dia	47 456,00 €	33 277,00 €
Apoio Domiciliário	57 332,00 €	78 416,50 €
Quotizações	5 305,00 €	7 444,50 €
Subtotal	861 339,76 €	853 820,05 €
Total vendas e prestação de serviços	905 640,06 €	896 247,50 €

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a SCMN reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subsídios do Estado e outros entes públicos	769 815,42 €	761 609,57 €
Subsídios de outras entidades	133 172,35 €	94 512,35 €
Doações e heranças	- €	- €
	902 987,77 €	856 121,92 €

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

21. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Compras	21 791,33 €	- €	21 791,33 €	15 750,98 €	- €	15 750,98 €
Saldo final em 31 de Dezembro	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Custo de vendas	21 791,33 €	- €	21 791,33 €	15 750,98 €	- €	15 750,98 €

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	205 340,80 €	184 103,82 €
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	11 502,03 €	15 559,01 €
Publicidade e propaganda	6 734,06 €	123,00 €
Vigilância e segurança	1 161,41 €	1 500,75 €
Honorários	35 299,68 €	35 299,73 €
Conservação e reparação	51 817,69 €	43 250,97 €
Serviços bancários	1 111,78 €	4 222,58 €
Outros	38 453,88 €	47 851,70 €
Materiais	11 268,74 €	10 917,82 €
Energia e fluidos	119 031,95 €	112 953,53 €
Deslocações, estadas e transportes	1 827,88 €	1 856,85 €
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2 897,40 €	2 520,99 €
Comunicação	9 706,07 €	9 150,94 €
Seguros	3 655,80 €	5 020,86 €
Contencioso e notariado	40,00 €	849,63 €
Despesas de representação	- €	- €
Limpeza, higiene e conforto	56 674,10 €	62 673,52 €
Outros serviços	8 617,26 €	16 096,49 €
Despesas comuns	- €	- €
	565 140,53 €	553 952,19 €

O aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos deve-se, principalmente à subcontratação durante todo o ano de 2017, de uma entidade externa, responsável pela elaboração e fornecimento das

refeições aos utentes. Por outro lado, o aumento do número de utentes no lar levou a que os custos com fornecimentos e serviços externos de uma forma geral aumentassem.

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações do pessoal	1 122 686,50 €	1 135 242,85 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre remunerações	228 142,81 €	225 772,60 €
Seguros	12 677,64 €	12 263,68 €
Gastos de acção social	- €	- €
Outros gastos com pessoal	27 507,39 €	11 010,15 €
	<u>1 391 014,34 €</u>	<u>1 384 289,28 €</u>

O número médio de colaboradores da SCMN no período de 2017 foi de 100 colaboradores. No período de 2016 contava com 100 colaboradores.

A variação desta rubrica deve-se à atualização do salário mínimo de 530,00€ em 2016 para 557,00€ em 2017 e ao aumento da TSU de 22% em 2016 para 22,30%.

24. Aumento e redução de justo valor em ativos biológicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe desta rubrica era como se segue:

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	45,26 €	- €	45,26 €	27,16 €	-	27,16 €
Em ativos biológicos	67 875,00 €	- 40 300,00 €	27 575,00 €	77 180,00 €	- 46 130,00 €	31 050,00 €
	<u>67 920,26 €</u>	<u>- 40 300,00 €</u>	<u>27 620,26 €</u>	<u>77 207,16 €</u>	<u>- 46 130,00 €</u>	<u>31 077,16 €</u>

25. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de Dezembro de 2017

	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	72 746,04 €	65 076,20 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,39 €	- €
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	47 831,07 €	183 027,27 €
Outros rendimentos e ganhos	23 266,01 €	23 892,61 €
	143 847,51 €	271 996,08 €

O valor apresentado em rendimentos suplementares corresponde maioritariamente a reembolso de medicamentos (28.254,35 €) e a reembolso de fraldas (39.803,35 €).

O valor de rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, 47.831,07 €, corresponde as rendas de propriedades de investimento, ou seja a rendimentos associados às rendas recebidas dos locatários, no âmbito da rentabilização do património imobiliário da Santa Casa, não utilizado nas atividades de ação social e outras enquadradas no objeto social da Misericórdia.

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos estão incluídos, rendimentos provenientes de subsídios ao investimento, imputados anualmente, que em 2017 ascendeu ao montante de 15.384,65 €. Também os donativos concedidos à SCMN estão considerados neste rubrica, que em 2017 ascende a 7.129,10 €.

26. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	2 789,97 €	1 493,64 €
Outros gastos e perdas	8 605,00 €	19 263,35 €
	11 394,97 €	20 756,99 €

27. Gastos de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	69 511,64 €	- €	69 511,64 €	71 125,82 €	- €	71 125,82 €
	69 511,64 €	- €	69 511,64 €	71 125,82 €	- €	71 125,82 €

28. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	665,58 €	1 707,14 €
	<u>665,58 €</u>	<u>1 707,14 €</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 051,62 €	386,29 €
	<u>4 051,62 €</u>	<u>386,29 €</u>
Resultados financeiros	<u>- 3 386,04 €</u>	<u>1 320,85 €</u>

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Santa Casa da Misericórdia de Nisa não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Santa Casa da Misericórdia de Nisa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Nisa, 29 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



O Provedor

